

Estratégias de combate ao racismo e promoção da igualdade racial no cotidiano escolar

LUCIENE SANTANA DE SOUZA

Mestranda em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduada em Pedagogia e Matemática. Pedagoga na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.
e-mail: luci@unifesspa.edu.br



1. INTRODUÇÃO

O Brasil carrega uma inegável herança escravista. Estima-se que entre os séculos XVI e XIX, dez milhões de cativos africanos foram enviados para o continente americano, e o Brasil configurou-se como o maior destinatário desta mão de obra, tendo sido, além disso, último país do ocidente a abolir a escravidão. O fim do regime escravocrata no país, em 13 de maio de 1888, não apagou as graves consequências desse sistema para o status social do negro que, embora não estivesse mais nas senzalas das fazendas ou nas minas, carregava o estigma de escravos, e dificilmente conseguia ascender socialmente e atingir o status social dos brancos. Para Carneiro (2003), o negro e o mestiço raramente conseguiam igualar-se ao homem branco. O “mundo da senzala” sempre esteve muito distante do “mundo da casa grande”.

Apesar de notória, a prática do racismo no Brasil vem sendo negada ao longo de sua história. Segundo Bento (2002), isso faz parte de um projeto elaborado pela elite política, econômica, religiosa e intelectual branca desde o início da república para preservar seus interesses políticos, econômicos e de prestígio via ideologia do branqueamento (que tinha como base a presunção da superioridade branca) e da democracia racial, que se baseia na ausência de distinções rígidas entre brancos e negros no país. Para Telles,

o branqueamento e a democracia racial, os dois pilares da ideologia racial do Brasil, estão profundamente enraizados numa crença de que a miscigenação é um fato histórico que torna o Brasil único. Parte-se da crença de que a miscigenação seria um fator de degeneração responsável pelo atraso brasileiro (grande parte do século

XIX), evoluindo para a ideia de branqueamento através da miscigenação como solução genética para esse atraso (fins do século XIX e início do século XX), e depois para a visão da miscigenação como valor positivo e prova da democracia do Brasil dos anos 30 aos anos 80 (2003, p. 62–63).

Mesmo velado, o racismo no Brasil é real e tem características bem específicas. Ele ocorre principalmente levando-se em consideração as características físicas aparentes, tais como o cabelo, a cor de pele, o formato da boca, do nariz. Munanga (1999) tem defendido que o racismo brasileiro é o mais perigoso em comparação ao da África do Sul e dos Estados Unidos, pelo fato de dissimular a sua doxa de dominação, ou seja, o racista brasileiro discrimina alegando que “não discriminou”, porque supõe viver no paraíso racial, acreditando existir a democracia.

Nessa perspectiva, observa-se que existe uma grande resistência da classe social dominante em assumir que o Brasil é efetivamente um país racista, o que tem dificultado a criação e a aceitação de ações afirmativas que promovem a igualdade racial no país. Contudo, negros e negras, independentemente desse quadro de exclusão social, nunca deixaram de buscar mecanismos que pudessem viabilizar a sua inserção no contexto social, de forma a conquistarem o seu espaço, resultando assim na criação de importantes mecanismos de promoção da igualdade social, dentre eles, a criação da lei 10.639/2003, e posteriormente a 11.645/08, fundamentais na história das lutas antirracismo e na incorporação da diversidade étnico-racial nas práticas escolares.

Nesse sentido, é importante destacar que a prática do racismo é histórica e foi construída nas relações sociais e pelas relações de poder que se fizeram presentes nos diferentes segmentos da sociedade, especialmente na educação. Dessa forma, a escola, ao longo dos anos, foi uma das grandes responsáveis pela manutenção da desigualdade e da discriminação. No entanto, essa mesma escola tem se tornado palco de importantes avanços para a promoção da igualdade racial na sociedade brasileira através de políticas de reparações, de reconhecimento e da valorização da história, da cultura e da identidade do afrodescendente.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo mapear trabalhos que abordam as diferentes estratégias pedagógicas utilizadas pelas escolas no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial no cotidiano escolar.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O racismo no Brasil faz parte do cotidiano da sua sociedade. Apesar de muitos ainda defenderem a existência de uma democracia racial, as estatísticas mostram que de fato ela é apenas um “mito”. Segundo o *Atlas da Violência* de 2017, a população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. No que se refere à renda, conforme

relatório de 2016 da ONU (Organização das Nações Unidas), os negros correspondem a 70,8% das pessoas em situação de extrema pobreza no país. Já na educação, embora os dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2015 revelem que os negros e pardos representam 54% da população brasileira, somente 12,8% dos estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, entre os 18 e os 24 anos de idade, são negros (pretos e pardos). As pesquisas mostram ainda que do total de analfabetos brasileiros, 80% são negros.

Segundo Munanga (2003), o termo *racismo*, como conceito e realidade, foi criado por volta de 1920, tornando-se objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Dessa forma, o autor define o racismo como:

[...] uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence (Munanga, 2003, p. 7).

Assim, combater o racismo torna-se uma tarefa árdua e difícil, pois durante séculos difundiu-se uma visão distorcida e negativa do povo negro, levando a sociedade a vê-los como inferior, feio, sujo, desonesto e incapaz. Dessa forma, observa-se que as práticas racistas não ocorrem apenas pela ausência de leis que assegurem direitos iguais para os diferentes grupos étnicos, pois, segundo Munanga (2008, p. 17), não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas que existem nas cabeças das pessoas. Em outras palavras, o preconceito racial está interligado com o modo de ser e pensar de cada um, portanto, o combate ao racismo na sociedade brasileira requer mudança de pensamento.

Nesse contexto, a escola tem um importante papel, uma vez que é um meio insubstituível para o desenvolvimento humano, mediadora da apropriação dos bens culturais produzidos historicamente pela humanidade. Segundo Silva (2009),

trabalhar com a temática racial na escola é fator importante para tentar desconstruir as narrativas predominantes nas nossas escolas, construir e contar uma outra narrativa, de valorização da diversidade, das práticas, experiências, lutas e solidariedades que fazem parte da vida das pessoas e dos alunos/as. Assim, a escola e o

currículo podem procurar desconstruir as identidades essencializadas e estereotipadas e proporcionar a construção de práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula, assim como de valorização das diferentes identidades em construção presentes no cotidiano escolar (Silva, 2009, p. 19).

Portanto, as estratégias pedagógicas de combate ao racismo tornam-se instrumentos importantes na promoção da igualdade racial no interior das escolas, contribuindo para a desconstrução de práticas racistas e para o empoderamento do negro, desde a infância.

Costa (2015b), partindo do discurso literário afro-brasileiro e contemplando a temática do racismo e do preconceito por meio da leitura da obra *A cor da ternura*, da autora Geni Guimarães (1988), investiga o racismo no contexto escolar, visando contribuir com a renovação das práticas pedagógicas no sentido de ir além da discussão teórica. A obra faz parte de uma nova proposta da Literatura infanto-juvenil, que proporciona um olhar diferenciado sobre o ser negro. Tem a autoria de uma mulher negra, Geni Guimarães, que defende o ponto de vista de alguém que viveu a situação do preconceito e do racismo e viu a história do seu povo ser negada e, por isso, busca, por meio da temática abordada, fazer uma denúncia do tratamento dado aos negros. Percebe-se nessa leitura a relação do conteúdo ao tema abordado, considerando a sua qualidade e o tom denunciativo da autora, permitindo realizar uma relação da discussão teórica com a prática cotidiana dos alunos. De acordo com os resultados da pesquisa, Costa afirma que

discutir relações étnico-raciais na área educacional do Brasil, além de ser altamente complexo, é de fundamental importância para os que sonham com uma educação de qualidade, de equidade e que primam pela diversidade e pela inclusão (2015b, p. 113).

O ambiente escolar torna-se um local privilegiado no qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas, por meio de instrumentos pedagógicos que viabilizam o combate à discriminação e ao preconceito contra a comunidade negra.

Silva (2009) também desenvolveu um trabalho acerca do racismo na escola com o objetivo de conhecer e compreender as relações das crianças negras no cotidiano escolar. Segundo a autora, as trajetórias de vida das crianças negras apresentam elementos fundamentais para a construção de estratégias educacionais que visem o combate ao racismo e ao preconceito no cotidiano da escola. Sendo assim, os resultados alcançados demonstram que a escola precisa ofertar formação continuada aos professores a fim de capacitá-los a desenvolver ações pedagógicas que promovam uma educação antirracista e intercultural, e que sejam plurais e eman-

cipatórias, promovendo a valorização das crianças negras como sujeitos de direitos, cidadãs, produtoras e construtoras de conhecimentos.

Para tanto, faz-se necessário que o professor tenha uma formação que o prepare para enfrentar e combater o racismo no cotidiano escolar. Nas palavras de Santos (2007), “[...] a formação do educador para o tratamento da diversidade étnica e racial, no contexto escolar, é de suma importância para uma prática profissional cotidiana segura para a inclusão da diversidade racial.”

3. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE COMBATE AO RACISMO

A leitura dos trabalhos selecionados no banco de dados de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) nos permite a elaboração da seguinte análise: o número de trabalhos relacionados ao racismo na escola ainda é modesto, pois, embora o banco de teses e dissertações da Capes tenha começado a ser alimentado desde 1987, foram obtidos apenas 15 resultados para o descritor “racismo na escola”, e em virtude do pequeno número, a pesquisa foi estendida para os descritores: “negro na escola” e “igualdade racial na escola”, obtendo-se um número ainda discreto de 30 trabalhos, sendo todos eles dissertações de mestrado. Isso reflete as estratégias da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema no país. Segundo Silva (2016), historicamente, o racismo no Brasil afirma-se e reafirma-se a partir de sua negação, ou seja, nega-se insistentemente a existência do racismo e do preconceito. Sustentando a ideia de uma democracia racial, prevalece a ideia de que na interação entre brancos e negros não há conflitos e que negros e brancos possuem as mesmas condições de ascensão social e econômica, sugerindo, portanto, uma relação harmoniosa e igualitária, culminando no reduzido e tardio debate social acerca dessa problemática.

Outro dado importante é o uso da literatura como estratégia de combate ao racismo na escola: dos seis trabalhos selecionados, dois utilizaram a literatura como recurso pedagógico na promoção da igualdade racial no contexto escolar, justificando as mudanças e avanços ocorridos na literatura brasileira, revelando seu caráter humanizador, que tem contribuído para a formação crítica e atualizada com as necessidades sociais, raciais, sexuais e religiosas de professores e alunos. Silva (2016) investigou como a prática da leitura de textos da literatura infantil que mobilizem positivamente a questão da identidade negra pode contribuir para a percepção dessa identidade e para a problematização do racismo na escola. Para essa autora, a investigação realizada permite afirmar que a literatura, em razão de sua função estética e humanizadora, pode mobilizar o processo de reconhecimento e valorização do sujeito negro, uma vez que põe em evidência os conflitos étnico-raciais na escola e possibilita a ressignificação da subjetividade da criança. Costa (2015b) também realizou investigações sobre as contribuições da literatura como instrumento de combate ao racismo na escola. Para a autora, a literatura afro-bra-

sileira denuncia aspectos do mundo por uma ótica singular dos autores que se reconhecem como negros, falam e escrevem a partir de seu lugar étnico-racial. São textos que têm a função de, além do entretenimento, como toda a literatura, desenvolver a consciência crítica, possibilitando ao leitor refletir sobre o seu papel na sociedade. Ainda segundo a autora, é grande a importância da introdução desses textos no ambiente escolar, visto que os alunos precisam conhecer a história e a cultura do povo negro, contada por um ângulo de valorização e respeito à diversidade.

Costa (2015a), por sua vez, realizou uma análise sobre as relações sociorraciais nas teorias e práticas pedagógicas no ensino de artes cênicas em uma escola pública do Distrito Federal, examinando os processos de docilização dos corpos a partir da concepção que Foucault apresenta de corpos dóceis. O autor voltou sua atenção à observação dos sujeitos envolvidos nas relações raciais na escola para analisar os discursos usados na produção de corpos dóceis. Conforme a definição de Foucault, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado” (2011, p. 132). Segundo o autor, a máquina-escola, no jogo das hierarquizações em constantes procedimentos de vigilância e prêmio-castigo, concretiza a comparação que estabelece padrões ideais de comportamento, a diferenciação entre as pessoas e das pessoas perante o modelo, a hierarquia dos saberes e dos indivíduos, a homogeneização com a formatação de todos dentro de um padrão ideal e a exclusão, quando define quem está dentro da normalidade/anormalidade.

Nesse contexto o autor afirma que a educação como resistência pode fomentar experiências que desenvolvem a superação da homogeneização cultural e que há uma infinidade de formas de educar que promovem a pluralidade. Dentre elas, as que buscam valorizar as identidades e as singularidades negras por meio da exaltação de sua beleza corporal e cultural e as que reconhecem as aprendizagens que acontecem no seio das manifestações culturais afro-brasileiras e desconstruem hierarquias estabelecidas por conceitos como educação formal e não formal.

Silva (2017) investigou como casos de discriminação racial ocorrem no campus do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) e quais as principais providências têm sido tomadas a esse respeito, bem como elaborou proposições pedagógicas de intervenção no combate a este tipo de discriminação, a partir das perspectivas discentes e docentes. O autor destaca que a escola como instituição que engloba significativos grupos sociais não pode se ausentar do processo de combate à discriminação racial, principalmente quando se pensa a educação como um mecanismo de transformação social preocupada com o desenvolvimento da consciência crítica. Dessa forma, o autor aponta a necessidade de a escola se reinventar na busca de trabalhar o combate a qualquer tipo de preconceito e discriminação com a elaboração de instrumentos próprios, a partir de seus próprios contextos e situações como elementos importantes de sua função social e finaliza propondo algumas estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas pela escola para combater o racismo, dentre elas a difusão das Leis 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da

história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições públicas ou privadas de todo o país.

Nascimento (2014) também ressalta a importância da Lei 11.645/08. A autora realizou investigações sobre a compreensão que professores(as), equipe pedagógica e mães de alunos(as) que trabalham e convivem com alunos(as) negros(as) demonstram ter, por meio de seus discursos, em relação à Lei Federal nº 11.645/08, à identidade negra e ao racismo presente na escola. No entanto, segundo a autora, ao longo da pesquisa, foi possível observar o despreparo dos docentes e membros da equipe pedagógica no que diz respeito às questões levantadas por essa lei.

Camargo (2018), ao observar que, apesar de superado nas teorias das ciências naturais o conceito de raça como atributo construído socialmente no tempo e no espaço, tal conceito ainda funciona como parâmetro de alocação de pessoas na estrutura. O autor percebe as ações afirmativas como estratégia de combate ao racismo, as quais podem desfazer a estruturação social que dirige negros e negras a posições econômicas e simbólicas desprivilegiadas. Dessa forma, o autor desenvolve um trabalho que se configura como uma ação afirmativa, tendo como objetivo discutir e refletir sobre como se pode incluir a educação para as relações étnico-raciais na formação de professores de Química. Com base nos resultados da pesquisa, o autor reforça a importância da formação inicial e continuada dos professores, a fim de que possam compreender o fenômeno do racismo na escola e saber como agir, quando este se apresentar em seu ambiente de trabalho.

Dentre as principais estratégias pedagógicas de combate ao racismo apontadas nas pesquisas, destacam-se o uso da literatura, a implantação das políticas de ações afirmativas dentre elas a Lei nº 11.645/08, a valorização das identidades e das singularidades negras por meio da exaltação de sua beleza corporal e cultural, o reconhecimento das aprendizagens que acontecem no seio das manifestações culturais afro-brasileiras e a desconstrução de hierarquias estabelecidas por conceitos como educação formal e não formal

No que se refere às dificuldades, as pesquisas pontuam a falta de formação dos professores, gestores e coordenadores pedagógicos. Há ainda o silenciamento da escola diante das situações de racismo. Sobre isso, Costa (2015a) adverte para o fato de que, assim como a escola pode se constituir como um ambiente que trabalha na perspectiva da igualdade racial, ela também pode ser o espaço em que perpetuam práticas que levam à discriminação e ao racismo.

Todos os resultados reforçam a importância do papel da escola na luta contra o ambíguo racismo brasileiro. A escola, como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, precisa ser um espaço de aprendizagem em que as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de forma consciente (Lopes, 2008, p. 185).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que o combate ao racismo é incipiente nas escolas brasileiras, uma vez que o mito da democracia racial ainda perdura no país, refletido em um número pequeno de pesquisas científicas relacionadas ao tema encontradas no banco de teses e dissertações da Capes. Apenas 30 resultados foram alcançados após a utilização dos descritores relacionados a essa temática.

Ao analisar os trabalhos selecionados, percebe-se que, apesar de negado, o racismo pode ser facilmente constatado no ambiente escolar por meio das expressões orais carregadas de preconceito, dos livros didáticos que reforçam o discurso de inferiorização do negro, da constante tentativa de homogeneização com a formatação de todos dentro de um padrão ideal. No entanto, o mesmo potencial que a escola tem para promover o racismo, ela também tem para combatê-lo, uma vez que é espaço privilegiado de formação humana, portanto, precisa assumir sua missão de formar cidadãos conscientes, críticos, comprometidos com as transformações sociais de que o país necessita.

Finalizando, reafirma-se a importância da escola na luta contra o racismo por meio da utilização de potentes estratégias de enfrentamento contra os efeitos do racismo no âmbito escolar, tais como uso de textos literários, difusão e implantação das políticas de ações afirmativas, valorização das identidades e das singularidades negras por meio da exaltação de sua beleza corporal e cultural, bem como o reconhecimento das aprendizagens que acontecem no seio das manifestações culturais afro-brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Bento, Maria Aparecida Silva. "Branqueamento e branquitude no Brasil", in: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.
- Camargo, Marysson Jonas Rodrigues. *Estudos sobre a educação para as relações étnico-raciais na formação de professores de Química: a experiência do Coletivo Ciata*. 2018. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- Carneiro, L.T. Maria. *O Racismo na História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- Costa, Alberto Roberto. *A escolarização do corpus negro: processos de docilização e resistência nas teorias e práticas pedagógicas no contexto de ensino-aprendizagem de Artes Cênicas em uma escola pública do Distrito Federal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Artes) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015a.
- Costa, Jurandy Vitória de Almeida. *A cor da ternura: rompendo o silêncio e desvelando o racismo no contexto escolar*. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional

- em Letras) - Universidade do Estado da Bahia, Natal, 2015b.
- Foucault, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- Lopes, Véra Neusa. "Racismo, preconceito e discriminação", in: Munanga, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- Munanga, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra ministrada no 3º Seminário de Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ em 05 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> acesso em 09/12/18.
- _____. (org.). *Superando o racismo na escola*. 2 ed. revisada. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2008.
- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- Nascimento, E. S. *A realidade de uma comunidade negra rural de Ponta Grossa/PR em contexto escolar: identidade negra e racismo*. Dissertação (mestrado em linguagem, identidade e subjetividade) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2014.
- Santos, Ângela Maria. *Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros*. Cuiabá, UFMT, 2007 (Coleção Educação e Relações Raciais, 4).
- Silva, D. A. *A problemática do racismo na escola: perspectiva da pesquisa-ação para a intervenção docente*. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Escolar) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.
- Silva, M. H. F. *Leitura literária e protagonismo negro na escola: problematizando os conflitos étnico-raciais*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- Silva, S. M. *A criança negra no cotidiano escolar*. 2009. Dissertação (mestrado em educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- Telles, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ARTIGO RECEBIDO EM 17/08/2018; APROVADO PARA PUBLICAÇÃO EM 13/11/2018

RESUMO: A presente pesquisa tem como tema central as diferentes estratégias pedagógicas utilizadas pelas escolas no combate ao racismo e na promoção da igualdade racial no cotidiano escolar. Do ponto de vista teórico, para a realização deste trabalho, embasou-se em

Munanga (2003, 2009), Silva (2009), Costa (2015a), Santos (2007), dentre outros. O objetivo desta pesquisa consiste em fazer uma revisão da literatura produzida sobre o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial na escola. Os resultados mostram a necessidade de romper com o mito da democracia racial ainda presente na sociedade brasileira, bem como a importância da escola na luta contra o racismo, por meio da utilização de estratégias pedagógicas diversificadas, dentre elas o uso de textos literários, a difusão e implantação das políticas de ações afirmativas e a valorização das identidades e as singularidades negras por meio da exaltação de sua beleza corporal e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Igualdade racial. Escola. Estratégias pedagógicas.

ABSTRACT: This research has as its central theme the different pedagogical strategies used by schools in combating racism and promoting racial equality in daily life. From the theoretical point of view, to carry out this work, we served in Munanga (2003, 2009), Silva (2009), Costa (2015), Saints (2007), among others. The objective of this research is to make a review of the literature produced on combating racism and promoting racial equality at school. The results show the need to break with the myth of racial democracy still present in Brazilian society, as well as the importance of the school in the fight against racism, through the use of diverse teaching strategies, including the use of literary texts, dissemination and implementation of policies of affirmative and the valuation of identities and the black through singularities exaltation of your body and cultural beauty.

KEYWORDS: Racism. Racial equality. School. Pedagogical strategies.